

**Carmem Regina
Giongo**

UFRGS – Universidade
Federal do Rio Grande do
Sul, Farroupilha, Porto Alegre
- RS, Brasil.

<http://orcid.org/0000-0001-7335-8511>

**Jussara Maria Rosa
Mendes**

UFRGS – Universidade
Federal do Rio Grande do
Sul, Farroupilha, Porto Alegre
- RS, Brasil.

<http://orcid.org/0000-0002-3908-4964>

**A produção audiovisual
com os atingidos pela
construção da Barragem
de Itá: um relato
de experiência**

**Audiovisual production
with the people affected
by the construction
of Itá Dam: an
experience report**

**La producción audiovisual
con los afectados por la
construcción de la Presa
de Itá: un relato
de experiencia**

RESUMO

Tomando-se como foco a hidrelétrica de Itá localizada no sul do Brasil, o objetivo deste espaço é apresentar o processo de produção de um documentário no decorrer de uma pesquisa participante e suas possibilidades de mobilização social. O estudo de cunho participativo teve início em março de 2014 e foi finalizado em dezembro de 2017, contando com a inserção prolongada da pesquisadora no território da pesquisa. Foram entrevistadas 129 pessoas atingidas pela construção da barragem de Itá e realizadas análises documentais. No decorrer da pesquisa, foi construído, juntamente com os participantes dela, o documentário “Atingidos Somos Nós”. O material, além de atribuir visibilidade política e social às vivências da população atingida pela construção da Hidrelétrica de Itá, apresentou-se como importante estratégia de resgate da história dos sujeitos da pesquisa, possibilitando aos próprios atingidos relatarem suas memórias através do audiovisual. Palavras-chave: Audiovisual. Hidrelétricas. Pesquisa-participante. Atingidos.

ABSTRACT

Focusing on Itá Hydroelectric Power Plant located in the south of Brazil, this paper aims to present the production process of a documentary during an ethnographic research, and its possibilities of social mobilization. The participant research, which began in March, 2014, and ended in December, 2017, counted with the prolonged immersion of the researcher in those territories. A total of 129 people affected by the construction of the Itá Dam were interviewed and document analysis was undertaken. Through the ethnographic process, the documentary “Atingidos Somos Nós” was produced together with the participants of the research. The material, besides giving political and social visibility to the experiences of the population affected by the construction of Itá hydroelectric power plant, presented itself as an important strategy to rescue the history of the research subjects, enabling the victims themselves to report their memories through audiovisual. Keywords: Audio-visual. Hydroelectric power plants. Participant-research. Affected.

RESUMEN

Con foco en la central hidroeléctrica de Itá, ubicada en el sur de Brasil, el objetivo de este espacio es presentar el proceso de producción de un documental en el curso de una investigación participante y sus posibilidades de movilización social. El estudio con enfoque participativo empezó en marzo de 2014 y fue finalizado en diciembre de 2017, contando con la presencia prolongada de la investigadora en el territorio de la investigación. Se entrevistó a 129 personas afectadas por la construcción de la presa de Itá y se realizaron análisis documentales. En el transcurso de la investigación fue confeccionado, junto con los participantes de la investigación, el documental “Atingidos Somos Nós”. Además de dar visibilidad política y social a las vivencias de la población afectada por la construcción de la central hidroeléctrica de Itá, el material se presentó como una estrategia importante para rescatar la historia de los sujetos de investigación, permitiendo a las propias víctimas reportar sus recuerdos a través del audiovisual. Palabras clave: Audiovisual. Centrales Hidroeléctricas. Investigación participante. Afectados.

Submissão: 27-6-2019

Decisão editorial: 17-7-2020

1. Introdução

Existem cerca de 45.000 barragens no mundo que comprometeram 60% de todos os rios do planeta e provocaram o deslocamento direto de 40 a 80 milhões de pessoas nos últimos anos (WORLD COMMISSION ON DAMS, 2000). Diretamente associada ao desenvolvimento econômico (BERMANN, 2008), à produção industrial, ao consumo de bens e serviços e à própria subsistência da população (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2015), a hidroeletricidade está em evidência e frequentemente ganha espaço na agenda política nacional e internacional (ROCHA, 2014; ROSCOCHE; VALLERIUS, 2014).

O Brasil é considerado o país com maior potencial hidrelétrico do mundo (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2008), sendo que hoje 79% de toda a energia produzida nacionalmente advêm das mais de 2.000 barragens construídas. Essas obras já produziram o deslocamento de pelo menos um milhão de pessoas (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2004; ROTHMAN, 2008). A literatura nacional que investiga a temática tem apresentado dados consistentes que apontam para a sistemática violação dos direitos das populações atingidas por esses empreendimentos, atrelada às práticas violentas de deslocamento forçado, conflitos entre os movimentos

sociais, o Estado e as empresas, indenizações insuficientes e inúmeros prejuízos sociais, ambientais e à saúde das comunidades afetadas (BERMANN, 2008; DELESPOSTE; MAGNO, 2013; DERROSSO; ICHIKAWA, 2013; ROCHA, 2014; SILVA; SATO, 2012; VAINER, 2007; ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

Neste contexto está a Hidrelétrica de Itá, localizada no sul do Brasil, na bacia hidrográfica do Rio Uruguai. A obra está entre as 22 usinas em operação na região (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2008) que, em conjunto, atingiram cerca de 200 mil pessoas (DALLACOSTA, 2016). A barragem de Itá entrou em operação no ano de 2000 e atingiu 3.560 famílias, das quais 827 sofreram deslocamento compulsório e foram reassentadas em oito áreas distintas, distribuídas entre os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. As outras famílias receberam cartas de crédito e adquiriram terrenos em regiões de sua escolha ou permaneceram residindo no entorno do reservatório em pequenas comunidades reconstruídas pela empresa responsável pelo empreendimento (TRACTEBEL, 2000). O reservatório, resultado do alargamento do rio Uruguai e de seus afluentes, atingiu terras de onze municípios: Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos no Rio Grande do Sul (RS), e Itá, Arabutã, Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Piratuba e Peritiba em Santa Catarina (SC) (TRACTEBEL, 2001).

Frente ao contexto de injustiça historicamente documentado pela implantação de empreendimentos hidrelétricos no Brasil, tornar público esse processo significa, além da democratização da informação, a busca por uma sociedade mais justa (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013). Nesse sentido, o audiovisual pode

se apresentar como importante aliado na construção de sensibilização e mobilização política e social. Para Padilha (2015), o cinema possui um caráter político, com poder de interferir na realidade e provocar uma reação social. Além disso, do ponto de vista das populações atingidas pela construção de hidrelétricas, há uma necessidade de não esquecer os danos, de manter vivas as memórias (NOVOA, 2016), estabelecendo modos de resistência propositivos (SOLER, 2016). Afinal, é preciso desconstruir a ideia de que o atingido é apenas mais uma vítima, revertendo essa lógica para colocá-lo em posição de protagonismo social e de alguém que possui condições de participação e decisão (VAINER, 2016). A partir desse posicionamento, é possível perceber as populações atingidas também como sujeitos de desejos e de projetos e não apenas como sujeito-vítima do sofrimento e da morte. Trabalhar nessa perspectiva significa construir uma ciência que sirva para a emancipação e que gere consciência política e social.

Neste contexto, foi desenvolvida a tese de doutorado intitulada "Futuro roubado": banalização da injustiça e do sofrimento social e ambiental na construção de hidrelétricas, que deu origem ao documentário "Atingidos Somos Nós". Diante disso, este artigo possui o objetivo de apresentar o processo de produção do documentário no decorrer da pesquisa participante e suas possibilidades de mobilização social junto aos atingidos pela construção da hidrelétrica de Itá. O artigo abordará os primeiros passos da pesquisadora no campo investigado, sua inserção gradativa nos modos de vida e de trabalho das comunidades investigadas e, finalmente, o processo pelo qual os participantes se apropriaram da investigação

permitindo que, de fato, a pesquisa e a mobilização social acontecessem.

2. Caminhos metodológicos

A pesquisa desenvolvida teve como foco a população que permaneceu residindo no entorno do reservatório e foi sustentada metodologicamente pela pesquisa participante (MINAYO, 2014). O estudo foi desenvolvido entre os anos de 2014 e 2017, sendo que o trabalho de campo propriamente dito foi realizado no decorrer de 2016 e se baseou em uma inserção prolongada da pesquisadora no território investigado. Neste processo, foram visitadas todas as comunidades rurais do entorno do reservatório da Hidrelétrica de Itá, distribuídas em 11 municípios. Para o registro da experiência vivenciada, foi utilizado um diário de campo (ANGROSINO, 2009) atualizado sistematicamente pela pesquisadora. Foram entrevistadas 129 pessoas. O material foi transcrito na íntegra e analisado através da técnica da Análise Temática.

Os resultados da pesquisa apontaram que, no caso da Hidrelétrica de Itá, após 17 anos do enchimento do reservatório, a população investigada encontra-se abandonada e não tem minimamente seus direitos básicos garantidos. Aspectos como a morte do rio, a extinção do trabalho rural, os prejuízos no acesso à água potável, à energia, aos meios de transporte, à infraestrutura, à saúde, à educação, ao lazer e ao trabalho, a falta de apoio, de reconhecimento e de visibilidade política e social geram um intenso processo de sofrimento, que se apresenta através do desânimo coletivo, da tristeza, da solidão, do medo, da insegurança e da perda da identidade. Na perspectiva dos participantes da pesquisa, essas vivências

mostraram-se atreladas à depressão, ao suicídio e ao estabelecimento de mortes súbitas.

Neste contexto, e em conjunto com os participantes, foi produzido o documentário "Atingidos Somos Nós", que contemplou a realidade vivida e narrada pelos agricultores que moram no entorno do reservatório. Do ponto de vista teórico, a produção audiovisual foi orientada pelos estudos de Coutinho (1999) e Lins (2007). No que se refere à captação do conteúdo foi adotada uma metodologia caracterizada pela fala pessoal e narrativa, com o emprego de uma câmera fixa, sem o uso excessivo de cortes e com voz *off*, privilegiando a fala dos entrevistados. Assim, a maior preocupação não foi a qualidade técnica ou estética do material, mas as interações e intervenções sociais que ele produziu. Ressalta-se que a produção do documentário foi mediada pela agência Margot Produções, que atuou na edição do material, na construção do roteiro e na finalização do filme. A equipe de trabalho foi constituída pela pesquisadora, primeira autora deste artigo, que realizou a captação do material com o auxílio dos participantes da pesquisa. Como materiais de trabalho foram utilizadas uma câmara DSLR, um tripé, um microfone do tipo lapela e materiais caseiros de iluminação como lâmpadas e lanternas.

Cabe destacar que esta pesquisa foi realizada em conformidade com a Resolução 016/2000, do Conselho Federal de Psicologia (2000), e com a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (2016). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob o número 1.096.632 e todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre

e Esclarecido autorizando o uso de sua imagem. Os nomes utilizados neste artigo são fictícios.

3. Processo de pesquisa e particip(ação) na construção audiovisual

3.1 A estrangeira e os estranhos: o processo de inserção no território investigado

Munida do projeto de pesquisa, de dezenas de cronogramas, de roteiros, termos de consentimento, questionários e diversos manuais de investigação em Ciências Humanas e Sociais, eu estava pronta para iniciar oficialmente minha "coleta de dados". No entanto, a questão principal ainda repousava sobre quais comunidades pesquisar, pois seria impossível pesquisar todas as regiões rurais do entorno do reservatório, distribuídas em 11 municípios. Além disso, como muitos dos meus participantes não eram oficialmente atingidos, não havia um mapeamento dos potenciais sujeitos da pesquisa. Seus nomes não estavam nos estudos da hidrelétrica e muitas comunidades já não existiam mais. Apesar das dúvidas, estava claro que, tecnicamente, a pesquisa seria desenvolvida em três etapas distintas: observação e aproximação com algumas comunidades; realização das entrevistas e questionários; e, produção do documentário.

Finalizado um longo período de análises documentais e estudos teóricos, viajei para a minha primeira aproximação com o campo investigado. Devo destacar que a distância entre minha cidade de residência (Porto Alegre) e o campo de pesquisa é de, aproximadamente, 465 km. Em função disso, o principal objetivo na época era finalizar rapidamente a "coleta de dados", esquecendo-me de que, em

pesquisa, “o que importa é o andar e não o chegar” (MEYER; SOARES, 2005, p. 38). Escolhi iniciar pelas comunidades localizadas no município de Concórdia por ter sido a cidade com maior população rural atingida pela construção da Hidrelétrica de Itá.

Nessas inserções iniciais tentei, ainda que intuitivamente, abandonar a postura de “cientista”, buscando apenas me inserir na cena social, adotar uma linguagem de senso comum, própria dos interlocutores e buscar constantemente me colocar no mundo dos entrevistados (SCHUTZ, 1973). Para Minayo (2012a), a simplicidade e o comportamento do pesquisador são aspectos cruciais em sua inserção no campo. Assim, nessas primeiras aproximações apenas me colocava atenta e buscava agendar outros encontros, sem solicitar gravações ou registros das conversas. Fiz o mesmo em comunidades vizinhas, alternando as abordagens. Em algumas, dirigia-me primeiramente ao bar, à escola ou ao comércio principal, em outras, abordava as pessoas em suas casas ou na rua.

Eu percebia que, apesar de me receberem educadamente, todos faziam um longo interrogatório ao me conhecerem: De que família você é? Porque você está aqui? Por que escolheu nossa comunidade? Por que a placa do seu carro é de Porto Alegre? Quem paga sua pesquisa? Você foi mandada pelo governo? Você trabalha para a hidrelétrica? Você é casada, solteira, tem filhos? Você é bióloga? Por que uma psicóloga pesquisaria uma barragem? A cada encontro, eram as mesmas perguntas. Apenas dois ou três meses depois, eu entenderia que, na verdade, todos achavam que eu trabalhava para a hidrelétrica e até haviam planejado me expulsar da região. Após essas experiências iniciais, pude adentrar e compre-

ender o histórico de violência e de injustiça sofrido por aquelas comunidades. A dificuldade de confiar no “estranho” havia sido produzida socialmente por meio da apropriação e da exploração de seus territórios pela indústria barrageira.

Nesse sentido, entende-se que, aos participantes da pesquisa, não interessa a base lógica, a carreira ou os estudos do investigador, mas se ele é uma boa pessoa, se não fará mal aos outros e se é alguém confiável (MINAYO, 2012a). Assim, muito além de qualquer técnica, as minhas atitudes e a minha sensibilidade mostraram-se essenciais para a construção da relação de confiança. Alguns meses depois, já com várias entrevistas agendadas e mais confiante nas abordagens iniciei algumas entrevistas: “Quando cheguei, falei que estava fazendo uma pesquisa e perguntei se queriam falar sobre isso. Eles foram muito gentis, mas não se sentiram à vontade no decorrer da entrevista e em vários momentos pediram que eu desligasse o gravador” (DIÁRIO DE CAMPO, 2016, p. 3).

Nesse dia, eu tive a certeza de que ali o tempo era outro, em outras palavras, eu havia cometido um grande erro. Eu mesma registrei, no diário de campo, mais tarde: “Saí da entrevista com a sensação muito clara de que eu precisaria ficar muito mais tempo no campo para conhecer, estabelecer vínculos... E só depois, no final, pedir para gravar, ou talvez nem gravar” (DIÁRIO DE CAMPO, 2016, p. 6). Nesse processo, fui percebendo que o termo de consentimento assustava muito as pessoas. Conhecer o histórico da construção da hidrelétrica, naquele espaço, ajudava-me a compreender os receios presentes. Aquelas pessoas haviam sido enganadas, obrigadas a assinar inúmeros papéis que mal podiam ler, algumas

tinham sido obrigadas a deixar suas terras e casas, outras até aquele momento ainda não tinham sido devidamente indenizadas. O trabalho seria árduo e seria preciso abandonar a ideia ainda positivista de “coleta de dados”.

Em outro fim de semana, tentei uma abordagem diferente: decidi participar de um culto em uma das comunidades participantes da pesquisa. Eu era a estrangeira naquele lugar, não havia dúvida alguma disso, e estava cometendo muitos erros. Nesse dia, no culto, fiquei constrangida e decidi não falar da pesquisa, o que deixou as pessoas muito desconfiadas. Certamente a falta de clareza despertou receio nas pessoas, pois eles viam meu carro passar com certa frequência e me identificavam facilmente. Contudo, aos poucos, fui percebendo que, nos locais onde eu já havia realizado a entrevista, a vinculação começava a surgir. Em pouco tempo, eu já havia recebido inúmeros convites para festas comunitárias e encontros na região.

Alguns dias depois, escrevi no diário de campo: “já estou me sentindo pertencente ao campo, com vontade de ficar mais, de participar” (DIÁRIO DE CAMPO, 2016, p. 9). Nesse período, consegui junto à hidrelétrica a listagem oficial das comunidades atingidas, realocadas e reconstruídas. No entanto, dei-me conta, por fim, que tudo parecia contraditório: faltavam documentos, havia relatórios de alguns municípios enquanto faltavam os de outros e os técnicos. Apesar das inconsistências, aqueles documentos listavam as comunidades rurais atingidas em cada município, possibilitando a organização de um mapeamento geral da região e de um plano de visitas e observações. Não foram necessárias muitas

aproximações para perceber que o número de comunidades atingidas era muito maior do que apontavam os registros oficiais. Além disso, era nítido que grande parte dos moradores da região sofria com os efeitos da obra e tinha muito a falar.

Tenho pensado muito sobre o meu método de pesquisa, sobre a necessidade de abandonar meus cronogramas e os roteiros. É como se, para escutar, eu precisasse esquecer o meu tempo e entrar no tempo deles, dos meus narradores... Que tempo é esse? O tempo da pesquisa? O tempo que estabeleci para a coleta? O tempo da construção do vínculo? O tempo da escuta? O tempo do enchimento do reservatório? O tempo de esquecer as histórias e de cicatrizar as feridas? Eu sinto que preciso de um outro tempo. Que o tempo para responder minhas questões de pesquisa não é um tempo do relógio. Que a escuta para responder minhas questões de pesquisa é uma escuta que se dá no território, sem hora marcada, quando estou sem gravador, sem termo de consentimento, sem roteiro e, às vezes, sem energia (DIÁRIO DE CAMPO, 2016, p. 9).

Nesse processo, eu me dava conta de que chegava da cidade grande e precisava me despir do meu tempo, do meu ritmo. Aos poucos fui percebendo que quase todas as entrevistas eram acompanhadas por fotos. Fotos da antiga casa, fotos da família, dos familiares falecidos, algumas matérias de jornais. É como se tudo isso ajudasse a contar a história. As narrativas eram sempre cheias de emoção, lágrimas, histórias densas, longas, tristes. Não eram entrevistas de uma ou duas horas, eram encontros que duravam quatro, cinco horas, às vezes, um dia inteiro, e tratavam não apenas da construção da hidrelétrica, mas da vida como um todo. Apoiada nos ensinamentos

de Eduardo Coutinho eu me deixava afetar por estes momentos, pelos relatos, memórias e surpresas que permeavam a experiência de estar naquele novo território. Como relatou o cineasta brasileiro em um depoimento, “as entrevistas têm um lado jornalístico e de depoimento [...] São coisas que se fazem com especialistas. E eu trabalho com pessoas comuns. A pessoa conta um fato histórico e, se ele é verdadeiro ou não, deixa de ter importância” (FROCHTENGARTEN, 2009, p. 128).

Cabe destacar que em praticamente todos os municípios pesquisados minha inserção era facilitada por uma família-guia que espontaneamente se oferecia para mostrar a região e para me acolher. Aos poucos, fui abandonando os roteiros e permitindo que os próprios participantes decidissem quem entrevistar, o que conhecer, fotografar, gravar, que perguntas fazer. Um acontecimento que merece destaque e que marcou muito o desenvolvimento da pesquisa foi uma conversa inicial que tive com seu Dirceu, um senhor com mais de 90 anos.

Hoje eu e Mario [meu guia] paramos na casa de um senhor de 92 anos, que foi balseiro e muito me fez pensar. Quando falei da pesquisa e dos meus objetivos na região, ele disse: “Você faz parte da empresa, é vereadora ou algo assim...” [falei que não]; “Você vai fazer o ônibus voltar a passar aqui, vai trazer dinheiro pra nós” [falei que não]; “Então, o que está fazendo aqui... Eu já participei de muita pesquisa, nada mudou”. Falei que mesmo assim gostaria de ouvir suas histórias, ele disse que não teria problemas, que eu poderia voltar. Mas que nada ali iria mudar (DIÁRIO DE CAMPO, 2016, p. 10).

Será que o senhor Dirceu estava certo? O processo de pesquisa conseguiria, de algum modo, mobilizar mudanças? Qual era o papel da pesquisa? Por que ainda fazemos pesquisa? Lembro que entrei em crise teórica, ética, política, busquei algumas justificativas, pensei em ações que poderia desenvolver e, por fim, admiti que talvez o senhor Dirceu estivesse certo: eu não faria o ônibus voltar – e isso era simplesmente aterrador. Muitos outros pedidos de ajuda eram direcionados a mim, aliás, para alguns, era como se eu fosse a esperança. Em uma entrevista, Luiza me perguntou: “Será que a senhora poderia falar aí na sua pesquisa que a gente só queria ser indenizado pra poder sair daqui?” (Luiza, 2016, informação verbal)¹. Sim, eu poderia falar, mas será que eles entendiam que isso era apenas uma pesquisa? E qual seria o poder de uma pesquisa? Desde então, essas questões me acompanham.

3.2 A professora que escutava histórias e os narradores do invisível: como os dois pés no campo

Cerca de quatro meses depois, eu estava imersa naquele espaço e já havia abandonado os cronogramas, os roteiros e os questionários. As entrevistas eram totalmente abertas. Passei a considerar uma agressão aos participantes seguir os roteiros. Costumava passar um dia inteiro com cada família. Eu voltava às casas de todas as famílias participantes da pesquisa, mesmo que apenas para cumprimentar ou tomar um chimarrão. Muitas famílias começaram a me convidar para me hospedar em suas casas, mas eu ainda preferia ficar em hotéis os quais ficavam mais próximos da

¹ As falas obtidas durante a pesquisa foram transcritas e são indicadas como “informação verbal” ao longo deste artigo.

cidade. Posso dizer que, nesse momento, deixei de lado os meus próprios objetivos como pesquisadora e passei a me deixar levar pelas demandas dos participantes da pesquisa. Para Malinowski (1984), se o pesquisador inicia um estudo apenas com o objetivo de provar suas hipóteses, sem abertura para mudar constantemente seus posicionamentos, a pesquisa é inútil. Ao contrário das certezas, "o campo, é, portanto, uma porta de entrada para o novo, sem, contudo, apresentar-nos essa novidade claramente" (MINAYO, 2012a, p. 76).

Hoje eu aprendi tanta coisa. Hoje eu nem liguei o gravador. Não liguei nenhuma vez. Hoje eu só aprendi. Como é que eu iria gravar a vida? Como gravar as lágrimas? Como gravar tudo aquilo que eu estava aprendendo? Sinto um nó na garganta. Nada disso pode ser gravado e transcrito. Meu grande medo nesta pesquisa era de não dar conta. Eu lembro de perguntar para a minha orientadora se ela achava que eu daria conta, ela disse que sim. Agora, quanto mais me adentro no campo, mais tenho a clareza de que jamais darei conta. Nenhuma teoria dará conta. Nenhuma exposição de arte, nenhum documentário, nenhuma palavra... Nada dará conta. O seu João me disse uma hora: "você deveria ficar aqui trinta dias direto para aprender a falar alemão". Eu não falei nada, mas pensei comigo mesma, sim, o senhor tem toda razão... Eu ouvi tanto hoje. Tantas histórias, tantas memórias, vi tantos lugares... E agora nem consigo descrevê-los... Só consigo sentir. Tem mais coisa que aprendi. Conheci um pé de nós-moscada, aprendi a pescar, sobre as bananeiras, aprendi sobre o mundo, mais ainda, aprendi sobre ser gente neste mundo – e isso não estava nas minhas perguntas de pesquisa (DIÁRIO DE CAMPO, 2016, p. 12).

Nessa inserção, aos poucos, eu entendia, assim como Minayo (2012b, p. 14), que a realidade social que emerge da pesquisa é “mais rica do que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela”, assim, “os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de conter a totalidade da vida social”.

Nesse momento da pesquisa, eu chegava da cidade, apresentava-me como professora-pesquisadora e sentava para escutar histórias. Almoçava, brincava com as crianças, olhava o lago, o barco que alguém havia esquecido por ali, o pé de capim cidreira, os gatos ao redor da casa. Agora sim, eu estava ali. Eu já não era assim tão estrangeira. Eu passava e ia cumprimentando, buzinando, eles já conheciam meu carro. As crianças ficavam na sacada, subiam nas grades para me ver passar de longe. O silêncio do rural já me pertencia. O tempo começava a passar devagar, sem pressa. O calor, o cheiro do mato, eu estava ali e ali queria ficar.

Na verdade, eu mal podia acreditar em todo o universo que se apresentava, em tudo o que eu encontrava, na riqueza de cada encontro. Eu mal podia acreditar naqueles encontros. Eu já gostava de andar por aquelas estradas. Eu já me sentia segura. Mesmo com chuva, mesmo no escuro, mesmo com pessoas desconhecidas. De estrangeira, eu passava a ser a professora-pesquisadora que vinha de tempos em tempos para escutar as histórias. Eu fazia fotos dos entrevistados, revelava-as e entregava na viagem seguinte. Eles me davam bolachas, bananas, laranjas, doces, chimia, *capeletti*. Um dia, João me ligou para avisar que o meu cacho de bananas estava maduro

e que eu deveria ir no dia seguinte buscá-lo para que não estragasse. Eles me davam, é claro, muito mais do que isso – eles me davam um pedaço de si, de suas histórias, de suas emoções, de seus relatos, de suas lembranças e de seus esquecimentos. No início, foi difícil receber, porque para receber era preciso ficar, era preciso chegar e ficar, às vezes sem gravar, às vezes sem perguntar. Apenas estar ali, naquele encontro de tempos e de histórias.

Eu entendia aquelas falas (Ah, se eu entendia!). Na verdade, quanto mais eu me aproximava, mais eu percebia que eu não era uma estrangeira ali. Eu pertencia a todos aqueles lugares, sem nunca ter estado lá antes. Era um encontro. Não era uma pesquisa apenas. Não era uma coleta de dados. Era um encontro humano. Um encontro de histórias que se atravessavam, constituindo novos caminhos.

Em julho de 2016, depois de seis meses no campo e tendo realizado cerca de 30 entrevistas, senti que “oficialmente” os dados haviam saturado. Na pesquisa qualitativa muitos pesquisadores utilizam o critério de saturação para delimitar a conclusão da coleta de dados e inicialmente esse seria o meu limite. Teoricamente, a saturação identifica o momento em que o acréscimo de informações passa a não alterar a compreensão do fenômeno investigado, ou seja, quando as informações passam a se repetir (TRIBBLE; SAINTONGE, 1999). No entanto, mais e mais indicações de entrevistas surgiam. Todos queriam falar. Como dizer não? Tecnicamente, eu poderia ter finalizado a pesquisa naquele momento, mas não se tratava mais da pesquisa, muito menos da técnica – então, continuei. Minhas questões nesta etapa do trabalho estavam muito mais voltadas para a responsabilidade

social do pesquisador do que para os manuais de metodologia científica. O trecho destacado do diário de campo retrata esse momento.

Cheguei à casa dos meus entrevistados. A varanda estava cheia, cerca de oito pessoas. Eu estava cansada e nem sabia por onde começar. Logo começaram a chegar mais e mais vizinhos. Em pouco tempo estávamos entre dez, doze pessoas na varanda. Fizemos uma roda de conversa. Os assuntos se repetiram. As comunidades mudavam, mas os discursos eram os mesmos. Empobrecimento, perdas, necessidade de lutas, casas destruídas, água que veio, rio que morreu, falta de infraestrutura, abandono. De repente, eu já tinha me esquecido do cansaço (DIÁRIO DE CAMPO, 2016, p. 14).

Mesmo sentindo a “saturação do conteúdo”, meu campo estava muito longe de terminar. As relações de confiança estavam apenas iniciando e eu ainda tinha muito a aprender. Lembro de uma situação engraçada: um dia, em uma das visitas exploratórias pela região, eu estava acompanhada pelo Mario e sentia medo de estar sozinha com meu guia local, muito medo. Depois de um dia intenso e de muitas andanças, o Mario (2016, informação verbal) me disse, “olha, só agora eu estou mais tranquilo, fiquei com muito medo da senhora aí no volante, não te conhecia, né”. Na verdade, depois percebi que o campo é sempre uma aposta entre o pesquisador e os participantes. Eu precisava confiar neles, e eles, em mim. Quanto mais eu confiava neles, mais eles confiavam em mim. Mas também fiquei pensando na necessidade de entrega do pesquisador. Nesse caso, era o meu corpo, minha subjetividade e minha vida que se colocavam à disposição da pesquisa e

do território. É por essas e tantas outras razões que Malinowski (1984) compara a inserção do pesquisador no campo com o fato de ser deixado sozinho em uma ilha desconhecida. No entanto, apesar dos medos, eu também era muito protegida pelas famílias com as quais estabelecia vínculo. O cuidado aparecia por meio das orações que faziam antes das minhas viagens, das mensagens que enviavam ou das ligações que faziam para saber se eu havia chegado bem em casa.

Um dia, enquanto circulava pela região, passei pela hidrelétrica e as comportas estavam abertas. Aproveitei para fazer algumas imagens e me dei conta de que era a primeira vez que observava a barragem funcionando daquele modo. Registrei: “[...] que sensação... É como se toda a dor que ouço aqui, estivesse nessa água” (DIÁRIO DE CAMPO, 2016, p. 16). Era como se eu pudesse sentir como as pessoas que escuto, era como se, por alguns instantes, pudesse entender o que eles me diziam quando falavam “da feiura da água”. Atento a esse processo, Skliar (2003, p. 148) ressalta que “o outro não pede licença para invadir nossa vida, ‘o outro irrompe’ nossas mesmices e nos deixa desamparados, com o corpo em carne viva, nos tornando humanos e arremessando os fragmentos da nossa identidade”.

Na medida em que, por um lado, eu passava a sentir, pelo menos em parte, aquilo que os sujeitos da pesquisa narravam, por outro, eles se apropriavam dos rumos da investigação: auxiliavam nas interpretações dos dados; discutiam as entrevistas que ajudavam a conduzir; sugeriam novas questões investigativas; falavam da pesquisa em espaços públicos e coletivos; buscavam novos participantes.

3.3. A “filha de trajeto” e os participantes como pesquisadores: quando a pesquisa social acontece

Com o trabalho de campo consolidado e os vínculos construídos, passei a inserir outra participante na pesquisa: a filmadora. Fui aprendendo a manuseá-la junto com as famílias. Às vezes eu filmava, às vezes, eles. As crianças interessavam-se muito. A ideia partiu das famílias entrevistadas – “vamos fazer um filme para contar as nossas histórias!”. Eu era, certamente, a participante menos confortável com o equipamento. Sentia-me invadindo a vida das pessoas, perturbando. Os cuidados técnicos também eram outros: som, luz, ângulo, cena. Era outro universo. Sobre isso, escrevi o que segue no diário de campo.

Fiquei pensando agora em como o meu olhar para o campo e para o território mudou depois que comecei a fazer as filmagens para o documentário. Minha relação com o vídeo foi muito diferente. Ele provoca um efeito diferente em mim e nos participantes. É outra relação. Outra relação com a fala, que fica ali, registrada, dita, com um tom de verdade. Outra relação com o olhar, com a técnica. O preparo. Eu mesma fico nervosa, sinto que os entrevistados também ficam... No início, as vozes tremem, as mãos procuram um lugar seguro... Tem também o meu olhar: o que filmar, como mostrar aquela realidade, quais movimentos devo fazer, por onde começar, como fixar, como focar... Nesses últimos meses, sinto que desenvolvi algum tipo de sensibilidade... Minha relação com o espaço mudou (DIÁRIO DE CAMPO, 2016, p. 17).

Nesse processo, dei-me conta de que usar diferentes instrumentos de pesquisa não deveria ser uma estratégia apenas com o objetivo de compreender um fenômeno por meio de diferentes ângulos, mas

também para que o próprio pesquisador experienciasse o campo de maneiras diferentes, desenvolvesse diferentes modos de sensibilidade, sentisse junto com os participantes os efeitos de cada técnica. Durante as filmagens, mas também durante as entrevistas iniciais, sempre fiz questão de que os participantes se apropriassem da pesquisa, conduzissem a investigação. Nas filmagens não foi diferente. Eles me dirigiam, diziam o que mostrar, pensavam no que falar, desenvolviam atividades rurais para que eu filmasse. Outro elemento importante que se estabeleceu com as filmagens foi a minha permanência prolongada no campo. Passei a permanecer mais tempo junto às famílias para realizar filmagens de suas rotinas de vida e de trabalho.

Primeira noite que durmo na casa de um participante da pesquisa. Primeiro dia de intensas filmagens. Quanto às filmagens, gosto muito das possibilidades de relações que se estabelecem entre mim, a câmera e os participantes, assim, são três personagens em cena. A câmera ganha corpo, gera ansiedade, provoca, interfere... Me interessa entender como isso se dá. Também é novo para mim. Também me provoca, gera ansiedade... Quanto a dormir na casa dos participantes, foi um pouco constrangedor e, confesso, dormi um pouco mal. Tive medo, pesadelos e ainda combinei de acordar cedo com eles para filmar tudo (DIÁRIO DE CAMPO, 2016, p. 18).

Todo o processo de filmagem foi muito rico. Eu não estabeleci um critério para os participantes do documentário. Eu filmava aqueles que desejavam ser filmados. Aqueles que possuíam mais vínculo. Aqueles que pediam. Fui construindo o documentário de acordo com aquilo que surgia no campo. Fui aprendendo

e refazendo os materiais conforme as orientações dos profissionais que faziam a edição das imagens. Aprendi muito com essas trocas sobre ética, sobre estética, sobre cuidados, sobre a câmera. Outro desafio era a decupagem, processo de escolha das falas que apareceriam no filme. Era uma responsabilidade muito grande escolher o que os participantes falariam oficialmente. A melhor alternativa foi realizar o menor número de cortes possível, deixando os entrevistados falarem livremente, contarem suas histórias.

Toda a captação de imagens demandou muitas outras visitas aos participantes da pesquisa. Às vezes, eu voltava para captar uma imagem que havia faltado, mas já não era possível, o tempo havia mudado, o cenário já não era o mesmo. Sem me dar conta, meu vínculo aumentava, eu me sentia muito próxima às famílias. Um dia, a senhora Dulce (2016, informação verbal) me disse que eu era sua “filha de trajeto”, e que, sempre que eu estivesse naquela região, aquela também seria a minha casa. Minha preocupação, meu compromisso e meu sentimento de pertencimento só aumentavam.

Do ponto de vista da produção do documentário, com o material quase finalizado, iniciei a organização das exposições. A primeira aos participantes da pesquisa e depois no IV Encontro Internacional de Ciências Sociais e Barragens, em Chapecó. Ambos contaram com uma exposição intitulada “Deserto de Água”, organizada a partir das fotos realizadas no decorrer do campo e de algumas frases retiradas das entrevistas. A exposição aos participantes foi organizada em uma escola da região investigada. Outro momento importante foi a apresentação do filme na Câmara Municipal de Vereadores de um dos

munícipios participantes do estudo. As exibições do filme e os debates seguiram acontecendo e gerando discussões densas e profundas.

Quanto aos efeitos provocados pelas exibições do filme, destaca-se a ampliação da temática e a construção de novas sínteses e interpretações acerca dos resultados da investigação. Ademais, os debates abertos após a exibição do filme, além de contribuir para a sensibilização social frente à temática, qualificaram a pesquisa realizada, atuando como instrumento de validação, elaboração e ressignificação dos resultados obtidos.

Do ponto de vista dos participantes da pesquisa, entre as inúmeras iniciativas para a produção do documentário, merecem destaque: o convite do senhor Oscar para que o documentário fosse apresentado durante a missa de seu casamento de 50 anos no final de 2017; o relato do senhor João (2016, informação verbal) durante as filmagens do filme dizendo que estava fazendo pelo menos uma coisa na vida para deixar ao mundo; e a iniciativa da família da senhora Dulce na organização de exibições do documentário nas escolas do município. Além disso, outros relatos dos participantes da pesquisa após visualizarem o documentário corroboram esses achados: “o filme ficou simples e bem fácil de entender. Mostrou o que todos os grandes querem esconder” (Mario, 2016, informação verbal); “Eu vou falando com as pessoas da comunidade depois do filme e todos dizem que ainda vai ter muito assunto isso tudo” (Leno, 2016, informação verbal); “Na verdade, nós mostramos a realidade de quem ficou” (Maria, 2016, informação verbal); “Eu quero agradecer por você ter vindo de longe escutar a gente. Nunca ninguém tinha vindo

perguntar como a gente se sentia... Nunca. Tinham esquecido a gente aqui nesse buraco” (Luiz, 2016, informação verbal) e “Eles acharam que nós ia esquecer o que aconteceu, mas nós não vamos esquecer” (Mario, 2016, informação verbal).

Passados quase 12 meses do trabalho de campo novas questões emergiram: como finalizar? Como retirar-se do campo? Preciso me retirar? A pesquisa precisava ser finalizada, mas talvez minha mobilização e o trabalho com os participantes pudessem encontrar outros rumos, através de outros projetos. Para Minayo (2012a), as relações construídas no campo não são desfeitas automaticamente, afinal, trabalhamos com pessoas, com afetos e com relações que requerem cuidados éticos e intersubjetivos.

No entanto, diante da necessidade de me afastar e finalizar a pesquisa, fui explicando aos participantes da pesquisa sobre o término formal do estudo, mesmo assim, mantenho contato com aqueles com quem mais me vinculei e, eventualmente, realizo uma singela ligação para ver como estão as coisas. Frequentemente, recebo notícias do campo, demonstrando que o processo de pesquisa continua e, que, talvez, permaneça vivo nas comunidades, nos participantes e em mim. Além disso, as exposições do documentário seguiram acontecendo, provocando encontros e mantendo nossa vinculação.

Frente ao exposto é importante destacar que não existe neutralidade no processo de pesquisa e de produção do documentário, tanto a minha inserção nas comunidades trabalhadas como a seleção das entrevistas, a captação do material e, posteriormente, a edição das imagens foram permeadas pelo meu olhar e pelos referenciais políticos, científicos e

sociais que me constituem. Do mesmo modo, apesar de tentar atuar constantemente na produção de uma horizontalidade através do estímulo constante à participação dos diversos atores sociais que me relacionei, ainda assim, é preciso reconhecer as relações de poder presentes no trabalho de campo. Eu estava realizando um trabalho de campo, conduzindo este processo e possuía como objetivo a realização de uma tese de doutorado que gerou um documentário. Nesta dinâmica os cuidados éticos se mostraram essenciais e ultrapassaram as normativas legais e técnicas descritas e requeridas pelos órgãos de pesquisa.

Algumas das principais orientações quanto aos cuidados éticos emergiram do campo investigado e integraram todo o processo de pesquisa. Dentre eles, podem ser citados (as): a compreensão e o respeito ao tempo de cada entrevistado; o abandono necessário dos roteiros; a noção de que a pesquisa é passageira enquanto a vida dos participantes permanece no território; a validação constante dos resultados pelos entrevistados; o estudo histórico dos locais investigados; o cuidado com a construção dos vínculos e, depois, com o afastamento para a escrita da tese; os inúmeros retornos e esclarecimentos de cada etapa e ação da pesquisa; o envolvimento e a participação constantes dos entrevistados nas decisões da investigação; e o cuidado com o desenvolvimento de expectativas com relação aos resultados da pesquisa. Frente ao exposto, cabe finalizar este artigo com a descrição de uma imagem representativa de todo o processo de pesquisa, mas, principalmente, do aprendizado ético obtido com os participantes. No diário de campo (2016, p. 22) escrevi:

Hoje, o Mário me deu uma fruta que eu não conhecia (banana có). Ele me explicou que ela amadurece aos poucos e que eu só poderia comer aquilo que estivesse maduro - se eu morder antes, minha boca ficará dolorida, posso até me afogar. Que bela lição sobre a ética na pesquisa! Para pesquisar é preciso aprender, esperar e respeitar o tempo de todos.

4 Considerações

Diante dos relatos e problematizações apresentadas nesta pesquisa, percebeu-se que o documentário teve diferentes funções de intervenção e de mobilização social nas várias etapas de produção do material, envolvendo desde a captação das imagens até a edição e a exibição do resultado. Esse processo se deu, primeiramente, através da produção do filme, que envolveu ativamente os participantes da pesquisa no aprendizado das técnicas de filmagem, na seleção das imagens e na construção do conteúdo dos depoimentos. Posteriormente, através da documentação de suas vivências, os sujeitos do estudo puderam registrar suas memórias e reflexões através de uma narrativa própria, contribuindo para a problematização das histórias vividas, que perpassa os discursos e os documentos oficiais atrelados à Hidrelétrica de Itá. Em seguida, pela sensibilização e pelo debate público gerado a partir da exposição do documentário, por meio do qual o tema ganhou visibilidade política e social. O modo como os participantes se apropriaram do filme e construíram estratégias singulares de utilização e divulgação do material contribuiu para o reconhecimento do sofrimento e da injustiça vivenciada, abrindo espaços coletivos de fala e de escuta.

Além disso, percebeu-se que, diferentemente das narrativas contadas pelos museus e pelos livros oficiais da Hidrelétrica de Itá, o tempo, os danos e os efeitos não foram interrompidos após a finalização do enchimento do reservatório. A história compõe o presente e se mistura com ele, revelando a intensa vinculação da população remanescente com o território vivido e habitado. Apesar de todas as transformações e precarizações nos modos de vida e de trabalho da população investigada, percebeu-se que, se o dinheiro buscou desmanchar o que havia naquele lugar, o território mostrou que há coisas que não se pode desmanchar, como, por exemplo, os modos históricos de resistência e a identidade com o espaço vivido, habitado, significado e subjetivado.

Finalmente, a partir da experiência relatada neste artigo, concluiu-se que a produção do documentário e os debates públicos gerados permitiram o desenvolvimento de estratégias de visibilidade para essa população, representando um importante instrumento reivindicação política e social. Diante disso, é possível afirmar assim como Vainer (2016), que problematizar o padrão vigente de construção de hidrelétricas em nosso país não significa apenas defender o território e o meio ambiente, significa, também, defender uma história em sua totalidade.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 3. ed. Brasília, DF: ANEEL, 2008. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_capa_sumario.pdf. Acesso em: 21 out. 2015.

_____. **Energia hidráulica**. Brasília, DF: ANEEL, 2015. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas_par2_cap3.pdf. Acesso em: 17 out. 2015.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BERMANN, C. Crise ambiental e as energias renováveis. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 60, n. 3, p. 20-29, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução 016/2000**. Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília, DF: CFP, 2000. Disponível em: http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao2000_3.pdf. Acesso em: 23 ago. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília, DF: CNS, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2016.

COUTINHO, E. Entrevista a José Geraldo Couto e Inácio Araújo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1999.

DALLACOSTA, L. Barragens no Cone Sul: uma história de conflitos. In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2016, Chapecó. **Anais [...]**. Chapecó: UFFS, 2016.

DELESPOSTE, A. G.; MAGNO, L. "Ocupar de novo para defender o que é nosso": a histórica resistência às barragens da comunidade rural Casa Nova, Guaraciaba-MG. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 267-280, 2013.

DERROSSO, G.; ICHIKAWA, E. Y. O papel da Crabi no assentamento dos ribeirinhos atingidos pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias no estado do Paraná. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 133-155, 2013.

DIÁRIO DE CAMPO. Porto Alegre, 2016. Registro não publicado da experiência da pesquisadora.

FROCHTENGARTEN, F. A entrevista como método: uma conversa com Eduardo Coutinho. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 125-138, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642009000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 8 jul. 2020.

LINS, C. Santa Marta, duas semanas no morro: a favela, o vídeo e o cinema possível. In: LINS, C. **O documentário de Eduardo Coutinho: televisão, cinema e vídeo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 22-56.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1984.

MEYER, D. E. E.; SOARES, R. F. Modos de ver e de se movimentar pelos "caminhos" da pesquisa pós-estruturalista em Educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme. In: COSTA, M. V.; BUJES, M. I. E. (Org.). **Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 23-44.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012a. p. 9-29.

_____. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012b. p. 61-77.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro**. [S. l.]: MAB, 2004. Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/DitaduracontrapopulacoesatingidasporBarragens.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2014.

_____. **Setor elétrico na Bacia do Rio Uruguai**. [S. l.]: MAB, 2008. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/artigo/setor-el-trico-na-bacia-do-rio-uruguai>. Acesso em: 16 ago. 2016.

NOVOA, L. F. Água e energia: os desafios contemporâneos na América Latina. In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2016, Chapecó. **Anais [...]**. Chapecó: UFFS, 2016.

PADILHA, J. **Saiba porque não vai ter Tropa de Elite 3**. 2015. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K2vibJJVSho>. Acesso em: 7 jan. 2017.

PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

ROCHA, H. J. O controle do espaço-tempo nos processos de instalação de hidrelétricas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1259-

1280, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/15.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2015.

ROSCOCHE, L. F.; VALLERIUS, D. M. Os impactos da usina hidrelétrica de Belo Monte nos atrativos turísticos da região do Xingu (Amazônia – Pará – Brasil). **Revista Eletrônica de Administração e Turismo**, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 414-430, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/AT/article/view/2905/3547>. Acesso em: 5 fev. 2015.

ROTHMAN, F. D. **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa, MG: UFV, 2008.

SCHUTZ, A. **Common-sense and scientific interpretations of human action**. Haia: Martinus Nijhoff, 1973.

SILVA, M. J.; SATO, M. T. Territórios em tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso – Brasil. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-22, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000100002&lng=en&tlng=pt. Acesso em: 21 out. 2015.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOLER, P. J. Direitos Humanos e Barragens. In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2016, Chapecó. **Registro oral do líder do Movimento Rios Vivos da Colômbia**. Chapecó: UFFS, 2016.

TRACTEBEL. **Itá**: memória de uma usina. Itá: [s. n.], 2000. Acervo local do CDA da Hidrelétrica de Itá.

_____. **Plano diretor**: reservatório UHE de Itá e seu entorno. [S. l.: s. n.], 2001. Disponível em: http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/86cb19af-bf76-4277-ae61-6b969e3dc401/Plano%2BDiretor%2Bcom%2Bplantas.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=86cb19af-bf76-4277-ae61-6b969e3dc401. Acesso em: 3 jul. 2014.

TRIBBLE, D. S. C.; SAINTONGE, L. Réalité, subjectivité et crédibilité en recherche qualitative: quelques questionnements. **Recherches Qualitatives**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 113-125, 1999. Disponível em: <http://www>.

recherche-qualitative.qc.ca/documents/files/revue/edition_reguliere/numero20/20St-Cyr-Tribble.pdf. Acesso em: 14 jul. 2014.

VAINER, C. B. Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 119-137, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a09v2159.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2014.

_____. Direitos humanos e barragens. In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2016, Chapecó. **Anais [...]**. Chapecó: UFFS, 2016.

WORLD COMMISSION ON DAMS. **Displacement, resettlement, rehabilitation, reparation and development**. [S. l.]: WCD, 2000. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTINVRES/Resources/DisplacementResettleRehabilitationReparationDevFinal13main.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2014.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 119-135, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a08v10n2.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.